

METROPOLIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE APARECIDA DE GOIÂNIA (GO): UM ESTUDO A PARTIR DOS PARQUES URBANOS

METROPOLIZATION AND ITS IMPLICATIONS FOR THE PRODUCTION OF SPACE IN APARECIDA DE GOIÂNIA (GO): A STUDY BASED ON URBAN PARKS

Juliana Gomes da Silva

Universidade Federal de Goiás (UFG)

julysgomes@hotmail.com

Resumo. O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de metropolização no município de Aparecida de Goiânia enfocando os parques urbanos na produção do seu espaço. Os parques urbanos, embora sejam públicos, justificados pela ideia de preservação ambiental, são apropriados por agentes imobiliários para agregar valor na mercadoria terra. Tal fato, acaba por fragmentar a cidade, valorizando determinados espaços de interesse do capital. Para uma melhor compreensão deste processo, foi realizada pesquisa bibliográfica e coleta de dados junto aos órgãos públicos municipais, para entender a dinâmica urbana aparecidense e a construção dos parques. Como instrumento metodológico, ainda utilizou-se registros fotográficos e elaboração de mapas a partir de softwares de georreferenciamento e geoprocessamento, de modo a permitir uma melhor compreensão do papel desempenhado por Aparecida de Goiânia no contexto da RMG e assim, refletir criticamente a quem os parques urbanos são destinados na cidade.

Palavras-chave. Parques Urbanos; Aparecida de Goiânia; Metropolização.

Abstract. This article aims to analyze the metropolization process in the city of Aparecida de Goiânia, focusing on urban parks in the production of their space. Urban parks, although they are public, justified by the idea of environmental preservation, are appropriated by real estate agents to add value to the land commodity. This fact ends up fragmenting the city, valuing certain spaces of interest to the capital. For a better understanding of this process, bibliographic research and data collection was carried out with municipal public agency, in order to understand the urban dynamics of Aparecida de Goiânia and the construction of parks. As a methodological instrument, photographic records and preparation of maps from georeferencing and geoprocessing software were also used, in order to allow a better understanding of the role played by this city in the context of the Metropolitan Region of Goiânia and thus, critically reflect on who the parks urban areas are destined in the city.

Keywords. Urban Parks; Aparecida de Goiânia; Metropolization.

Introdução

O município de Aparecida de Goiânia, segundo maior do estado de Goiás, vem apresentando, de forma mais intensa, em especial, a partir dos anos 2000, um processo de produção do seu espaço orientado pelo processo de metropolização.

A produção do espaço sob a égide do capital impõe um modo de consumo da cidade, na qual a terra se torna uma mercadoria que precisa ser valorizada, gerando acumulação (GOMES, 2013). Deste modo, a reprodução do capital se realiza por meio de parcelas do espaço, diferenciadas por determinados atributos destinadas a serem consumidas por uma parcela da população que por ela pode pagar.

Os parques urbanos, objeto deste estudo, inseridos neste contexto, estão articulados à lógica de reprodução do capital ao agregar valor ao lugar onde é instalado. A discussão sobre o ambiente¹ e a necessidade de sua preservação na cidade, já que tem se tornado cada vez mais escasso, tem justificado os discursos oficiais sobre a criação de parques no sentido de melhoria da qualidade de vida da população em geral. O que se verifica, contudo, é que a construção de parques em Aparecida de Goiânia, tem contribuído para a fragmentação do espaço urbano ao valorizar determinados espaços da cidade em detrimento de outros.

Isso tem sido possível por meio de parcerias entre o poder público municipal e agentes privados, que, nos últimos anos, tem construído parques de modo a oferecer condições para a reprodução do capital na cidade, em detrimento da ideia de direito à cidade e justiça social. Estas parcerias público-privada (PPP's), conforme Ribeiro (2020, p. 389) resultam da pressão fiscal do governo federal sobre os municípios, cuja consequência é “a adoção do empreendedorismo urbano como padrão de governança urbana”. Deste modo, uma solução para os municípios, seria buscar fontes de financiamento junto a setores privados, como tem ocorrido em Aparecida de Goiânia, principalmente nas últimas gestões.

Embora sejam equipamentos públicos, para entender a implantação dos parques no espaço urbano na dinâmica do processo de metropolização, é necessário analisar

¹ Conforme Souza (2019), o termo meio ambiente é redundante. O ambiente que interessa à Geografia vai além do meio ambiente, pois o ambiente transformado pelas relações sociais é algo que ultrapassa a ideia conservadora de primeira natureza associada ao conceito de meio ambiente. Este pensamento, impede, por exemplo que se possa associar políticas ambientais à problemas como escassez de água, falta de saneamento básico ou pobreza urbana em espaço segregados.

criticamente o modo como a terra é mercantilizada e valorizada dependendo de sua proximidade com núcleo metropolitano, que homogeneiza, mas também promove a fragmentação do espaço, orientado pelo interesse do mercado imobiliário.

Nesta perspectiva, uma forma de compreender a produção desigual do espaço urbano em Aparecida, é a implantação de parques públicos. O artigo está estruturado em duas seções, na primeira parte discuto os efeitos da metropolização no município de Aparecida de Goiânia e seu papel na Região Metropolitana de Goiânia. Já na segunda parte, discuto a produção do espaço urbano compreendendo-o como produção social orientada para a reprodução do capital ao tornar áreas valorizadas para investidores imobiliários a partir da construção de parques agregando valor aos seus empreendimentos. Tal fato, acaba por fragmentar o espaço, excluindo uma parcela significativa da população que não tem acesso aos equipamentos públicos urbanos.

Metropolização em Aparecida de Goiânia: articulação e fragmentação

Ao percorrer o município de Aparecida de Goiânia e observá-la a partir de um “olhar geográfico” é possível perceber que seu espaço não é organizado por acaso. A quase centenária cidade, segunda maior do estado de Goiás, surgiu em 1922 por meio da doação de terras dos devotos de Nossa Senhora Aparecida para a construção de uma igreja em homenagem a santa. Em 1958 foi elevado à condição de vila com o nome de Goialândia. Pela Lei nº 4927 de 14 de novembro de 1963, elevou-se a categoria de município, passando a se chamar Aparecida de Goiânia.

Os seus de 278,539 km² de extensão revelam profundas desigualdades e uma fragmentação espacial decorrente da lógica global capitalista que redefine espaços na cidade de modo fragmentado e articulado (CORRÊA, 2005). Desse modo, em alguns lugares é possível ter próximo à residência escolas, hospitais, universidades, shoppings, serviços especializados e sofisticados, em contraste com outros em que a população luta pelo acesso à água encanada, transporte público, asfalto, saúde, entre outros direitos básicos. Todos esses elementos vão configurando a forma como a cidade é produzida.

O espaço, conforme Santos (2005, p. 33), “reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas”. Há uma lógica que organiza o espaço em diferentes tempos a partir do interesse de diferentes grupos que nele atuam.

No que se refere à Aparecida de Goiânia, diversos estudos, entre eles Arrais (2016),

Pinto (2009), Santos (2008) apontam para sua forte vinculação com a cidade de Goiânia, mas, nem por isso, se reduz a ela. Aparecida possui uma dinâmica intraurbana própria que não pode ser vinculada apenas à sua localização no mapa. Se sua organização não se reduz à localização no espaço, é possível ultrapassar esta ideia e entendê-la a partir da dimensão regional do urbano-metropolitano na atualidade. O fenômeno da metropolização, conforme Freitas-Firkowski (2020, p. 3), proporcionou a superação da cidade transformada em metrópole enquanto localização no espaço, potencializando sua dimensão regional, “uma região na qual o conteúdo urbano-metropolitano é seu definidor”.

Nas últimas décadas, Aparecida, embora ainda vista como uma cidade periférica (imagem reforçada pelos veículos de comunicação), com elevados índices de criminalidade e com uma população de menor poder econômico, têm vivenciado um processo acelerado de metropolização do seu espaço.

Ao discorrer sobre o espaço metropolizado, Lencione (2017), caracteriza-o como interligado por meio de uma ampla rede de informação, comunicação, fluxos de pessoas, mercadorias e capitais, podendo se estender para além da metrópole. Outro aspecto da metropolização está relacionado ao preço da terra ao mercantilizar o espaço, fragmentando-o em decorrência do valor que adquire no mercado, aspecto este, que será retomado na próxima seção.

Integrando a região Metropolitana de Goiânia (RMG)² Aparecida de Goiânia, tem apresentado índices de crescimento elevado nas últimas décadas, destacando-se regionalmente. Incentivos fiscais para atrair empresas e gerar empregos, revitalização e abertura de novas vias de integração, parcerias público-privada, melhorias em infraestrutura urbana, têm fomentado metamorfoses em seu território, fragmentando-o ainda mais.

Apesar da capital Goiânia exercer predomínio na RMG ao concentrar uma variada oferta de serviços, saúde e educação, outros municípios, como Aparecida de Goiânia, tem merecido destaque no cenário metropolitano.

² A RMG foi criada pela Lei Complementar nº 27 de 30 de dezembro de 1999 e alterada pela Lei Complementar nº 78 de 25 de março de 2010, Lei Complementar nº 87 de 7 de julho de 2011, Lei Complementar nº 139 de 22 de janeiro de 2018 e mais recentemente pela Lei Complementar nº 149 de 15 de maio de 2019, compreende os seguintes municípios: Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturai, Goianópolis, Goianira, Guaporé, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santa Bárbara de Goiás, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade.

Em termos populacionais, a RMG (quadro 1), segundo estimativa do IBGE para o ano de 2020, possui uma população de 2.654.860 milhões de habitantes, cerca de 37% da população do estado de Goiás. Goiânia, devido seu papel central, possui a maior população, 58%. Aparecida de Goiânia é o segundo mais populoso com 22% da população, seguido de Trindade com 5% e Senador Canedo com 4%. Juntos, os quatro municípios somam 89% da população da RMG. Estes municípios, segundo Pinto (2008), devido ao seu alto grau de conurbação, apresentam uma relação mais intensa e orgânica com Goiânia, o que explicaria o seu crescimento.

O crescimento populacional de Aparecida, torna-se mais expressivo, ao se levar em consideração que, o município até final da década de 1960, segundo dados da prefeitura, possuía aproximadamente 7.076 habitantes e no final da década de 1980, já contava com 178.203 habitantes. No início dos anos 2000, este número já chegava a 400.000 mil habitantes.

Já os municípios de Abadia de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturai, Santa Bárbara de Goiás, Santo Antônio de Goiás e Terezópolis de Goiás, possuem menos de 10 mil habitantes, o que significa apenas 1.8% da população da RMG.

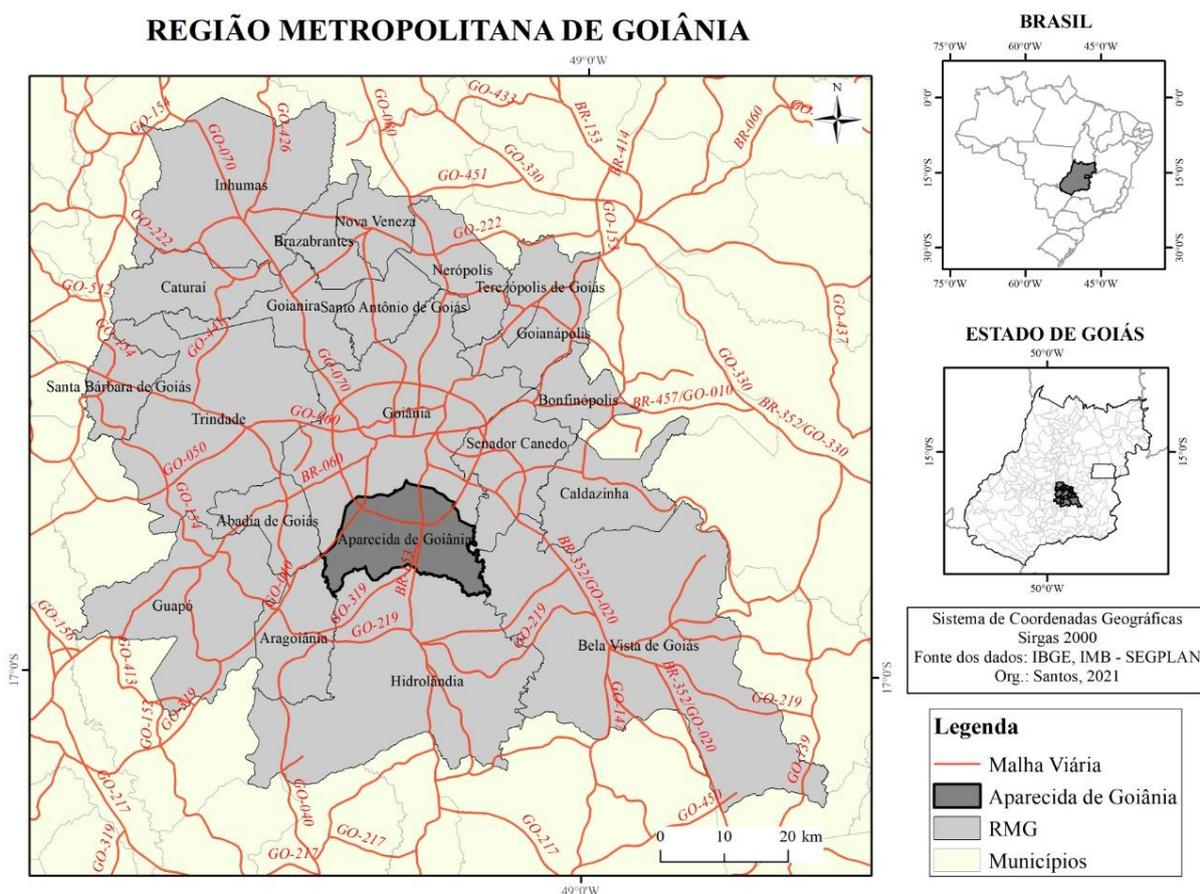
Quadro 1 - População da RMG – 2000 a 2020			
Municípios	2000	2010	2020
Abadia de Goiás	4.971	6.876	8.958
Aparecida de Goiânia	336.392	455.657	590.146
Aragoiânia	6.424	8.365	10.496
Bela Vista de Goiás	19.210	24.554	30.492
Bonfinópolis	5.353	7.536	9.919
Brazabrantes	2.772	3.232	3.746
Caldazinha	2.859	3.325	3.848
Caturai	4.330	4.686	5.101
Goianápolis	10.671	10.695	11.224
Goiânia	1.093.007	1.302.001	1.536.097
Goianira	18.719	34.060	45.296
Guapó	13.863	13.976	14.207
Hidrolândia	13.086	17.398	22.124
Inhumas	43.897	48.246	53.259
Nerópolis	18.578	24.210	30.395
Nova Veneza	6.414	8.129	10.018
Santa Bárbara de Goiás	4.963	5.751	6.634
Santo Antônio de Goiás	.3.106	4.703	6.440

Senador Canedo	53.105	84.443	118.451
Terezópolis de Goiás	5.083	6.561	8.186
Trindade	81.457	104.488	129.823
Total	1.745.154	2.178.892	2.654.860

Fonte: IBGE.

Os municípios que integram a RMG estão integrados por meio de importantes vias de acesso que convergem para a capital. Do ponto de vista da forma, de acordo com Arrais (2016, p. 131), “a lógica radiocêntrica do plano original de Goiânia reproduziu-se na escala metropolitana, prejudicando a integração entre os demais municípios”. As rodovias GO – 040, GO – 060, GO – 070, GO – 010, GO – 080, GO – 020, além da BR -153 e BR – 060, permitem o acesso à Goiânia e demais municípios da RMG, conforme mapa 01.

Mapa 1- Região Metropolitana de Goiânia



As principais vias de acesso de Aparecida, BR-153, em sua porção leste, sentido norte-sul, anel viário (leste-oeste), anel viário (foto 1), com o objetivo de interligar as vias

de acesso ao entorno da capital, GO-040 (sudoeste-norte), permitem uma maior dinamicidade em seu território, além da Avenida Rio Verde (foto 02), ao norte do município, na divisa com Goiânia, importante via de acesso na cidade, densamente habitada, e que concentra uma grande variedade de serviços em toda sua extensão.

Estas importantes vias, acabam por concentrar os investimentos públicos (como os parques urbanos, mapa 2), serviços e empresas, fragmentando seu espaço.

Foto 1: Anel Viário



Autora: SILVA, Juliana G. da, 2021.

Foto 2: Avenida Rio Verde



Fonte: www.folhaz.com.br.

A forte influência da metrópole goiana, conforme o Plano de Desenvolvimento Integrado (2017), o domínio de Goiânia na RMG, fica mais evidente ao se analisar os dados econômicos. Os índices econômicos da capital ultrapassam os índices de outros municípios metropolitanos, como demonstrado pelo Produto Interno Bruto (PIB).

Quadro 2 - Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios da Região Metropolitana de Goiânia – 2017		
Municípios	PIB (R\$ mil)	%
Abadia de Goiás	233954	0,32
Aparecida de Goiânia	12882844	17%
Aragoiânia	105455	0,14
Bela Vista de Goiás	954542	1%
Bonfinópolis	88136	0,12
Brazabrantes	104429	0,14
Caldazinha	47474	0,06
Caturai	63882	0,09
Goianápolis	181236	0,24
Goiânia	49023142	66%

Goianira	894071	1%
Guapó	197860	0,27
Hidrolândia	1120650	2%
Inhumas	1118705	2%
Nerópolis	735048	1%
Nova Veneza	178553	0,24
Santa Bárbara de Goiás	90217	0,12
Santo Antônio de Goiás	131061	0,18
Senador Canedo	3381748	5%
Terezópolis de Goiás	187999	0,25
Trindade	2064525	3%
Total	73785531	100%

Fonte: IBGE

Conforme os dados (quadro 2), o PIB de Goiânia é superior à soma do PIB dos outros 20 municípios da RMG. Em segundo lugar, aparece Aparecida de Goiânia com 17%, Senador Canedo com 5% e Trindade com 3%. Somente o PIB de Aparecida é igual a soma do PIB, de 19 municípios da RMG. Dos 21 municípios, 12 apresentam PIB inferior a 1%, com destaque para Bonfinópolis e Caldazinha com 0,06%, o que corresponde apenas a 47.474 milhões.

O crescimento econômico de Aparecida de Goiânia, segundo Rodrigues (2005, p.15), está associado à instalação de diversas indústrias atraídas por incentivos fiscais, além dos “setores de serviços (principalmente comércio) e indústrias, com destaque para os gêneros alimentícios e extração mineral (insumos básicos para a construção civil), enquanto o setor agropecuário é incipiente”. Sua população rural é quase nula, por isso, não apresenta expressividade na agropecuária, segundo um estudo divulgado pelo estado, esta é uma tendência da RMG ligada à sua especificidade no cenário goiano, pois

[...] o custo da terra é mais elevado, sobressaindo aquelas culturas, no caso da agricultura, com possibilidade de maior valor agregado na produção, como é o caso das frutas e verduras. Mesmo assim, essa atividade é de fundamental importância para os municípios que acolheram em seu território as agroindústrias e aquelas com baixa dinâmica econômica. (GOIÁS, 2017, p. 21).

Uma tendência mais recente, que tem se destacado em Aparecida refere-se à Educação Superior. Com o aumento do número da população, principalmente a partir da década de 1990, e a necessidade de investimentos em serviços básicos, o poder público, passou a

incentivar e viabilizar a instalação de Instituições de Ensino Superior em seu território para atender a demanda de sua população, bem como dos municípios vizinhos, inclusive Goiânia (MELO, 2020). Além de diversos polos de educação superior na modalidade à distância, conforme Melo (2020) o município possui sete IES presenciais, sendo 3 públicas e 4 privadas.

Dentre desse conjunto de processos, é possível compreender como o espaço urbano metropolizado foi sendo produzido. Espaço este fragmentado, atendendo aos interesses do capital. É nesse sentido que na próxima seção, procuro analisar o papel do poder público municipal e agentes imobiliários na configuração do espaço que está em curso em Aparecida a partir da mercantilização da terra, potencializada por meio da construção de parques públicos em determinados bairros da cidade.

Os parques na dinâmica da produção do espaço urbano de Aparecida de Goiânia

A metropolização impõe uma lógica capitalista de organização do espaço urbano a partir do interesse de diferentes agentes que nele atuam. Isso significa dizer que a dinâmica do processo de metropolização implica a valorização de áreas, que passam ter um preço maior, sendo uma mercadoria cuja finalidade é a acumulação. Áreas mais centralizadas, dotadas dos melhores equipamentos urbanos, passam a ter um preço diferenciado em contraposição a outras áreas mais distantes e com menor densidade populacional.

Em outros termos há uma elevação geral do preço da terra, pois a propriedade privada da terra se constitui numa condição indispensável à produção imobiliária formal, que (não exclusivamente) mercantiliza o espaço. Em geral, as terras mais distantes do núcleo metropolitano tendem a ter um preço menor de mercado. Por isso, devido a essa dinâmica dos preços, novas áreas passam a ser continuamente incorporadas à lógica do mercado de terras da metrópole, contribuindo para a indefinição dos limites do aglomerado metropolitano (LENCIONE, 2017, 51).

Desse modo, a reprodução do capital se realiza por meio da fragmentação e venda do seu espaço ao valorizar determinados espaços da cidade voltados para um segmento específico que por ele pode pagar. Estes lugares possuem melhor infraestrutura urbana e estão próximos do aglomerado metropolitano.

Os parques, inseridos neste contexto, contribuem para o processo de metropolização ao agregarem valor à terra. Embora construídos sob a justificativa de melhoria das condições de vida da população, atrelado ao discurso ambiental, os parques têm contribuído para a fragmentação do espaço já que são elementos capazes de agregar valor a suas imediações.

O lançamento de empreendimentos de maior de maior valor comercial em Aparecida de Goiânia, vinculados à imagem dos parques, vem seguindo uma tendência já verificada em outras cidades como Salvador e Paris (SERPA, 2014), Ribeirão Preto (GOMES, 2013) e Goiânia (STREGLIO, 2012). Em Aparecida, nas duas últimas décadas, o poder público, em parceria com agentes privados tem construído parques de modo a proporcionar condições para a reprodução do capital.

Estas parcerias, estão inseridas num contexto de reajuste da política neoliberal pró-mercado, que, conforme Ribeiro (2020), trouxe profundas mudanças na forma como o planejamento urbano é concebido no Brasil desde a década de 1990. Isso resultou em uma concepção de planejamento público orientada à produção de espaços articulados à reprodução do capital.

Em Aparecida de Goiânia, este processo se intensificou no início dos anos 2000, por meio de doação de terras para instalação de empresas, indústrias, universidades, isenção de tributos para atrair novos capitais e direcionamento de investimentos como abertura de importantes vias, fragmentando ainda mais seu espaço. Este modelo que vem sendo adotado pela gestão pública, orientado pela ideia pró-crescimento e pró-mercado, conforme definiu Ribeiro (2020), tem transferido muitas responsabilidades do poder público para iniciativa privada por meio de parcerias como a público-privadas (PPP's).

Ao analisar como o espaço é organizado pelo capital por meio dos parques urbanos, o que se percebe, é que as PPP's, têm orientado a atuação dos agentes imobiliários a desenvolverem determinadas áreas da cidade visando reproduzir o capital, ao agregar valor aos seus empreendimentos.

Os primeiros parques públicos foram construídos na cidade a partir de 2004, de modo a proteger os remanescentes de vegetação do município, (como o Parque Ecológico Tamanduá onde está localizada a nascente do córrego que deu nome ao parque, e o Parque da Criança, que possui outra nascente do referido córrego). Estes remanescentes de área verde, reduzidos a pequenas manchas na cidade, atualmente ainda sofrem pressão devido a ocupação desordenada do seu solo que teve origem na década de 1960 e intensificada

na década de 1970, ao iniciar seu processo de urbanização.

No ordenamento do território de Aparecida, a proximidade ou distância com a capital Goiânia influenciou o perfil ocupacional. As áreas ao norte, conseqüentemente mais próximas à capital foram as primeiras a serem ocupadas, à exceção do centro histórico de Aparecida, concentrando a maior parte da população. As áreas mais ao sul, de ocupação mais recente, com menos infraestrutura urbana, e por isso, menos valorizadas, são as que possuem maior estoque de lotes vagos.

Outro fator que influenciou a fragmentação do solo em Aparecida, está relacionada a Lei de Parcelamento do Solo, Lei nº 4.562/71 ao exigir infraestrutura básica para aprovação dos loteamentos em Goiânia. Tal lei acabou por elevar o valor do preço da terra na capital impulsionando as imobiliárias a procurarem novas áreas nos municípios vizinhos. O que demonstra a influência do mercado imobiliário na produção do espaço urbano (ARRAIS, 2016), pois seu parcelamento foi marcado por grandes vazios, lógica que também acompanhou a abertura de novos loteamentos nas décadas seguintes.

Este processo, mais recentemente tem se dado a partir da implantação de parques urbanos, de modo a valorizar determinados espaços da cidade, acentuando ainda mais sua fragmentação. Quando os parques são implantados por meio das PPP's, localizam-se em áreas específicas da cidade com o intuito de valorização para futuros empreendimentos que acabam por se apropriar do parque agregando valor aos imóveis.

Apesar dos benefícios que o parque proporciona para os cidadãos, devemos compreender que sua existência se torna um importante atributo de valorização do lugar, o que atrai o interesse das imobiliárias. Sobre essa questão, conforme Gomes (2013, p. 19), a “criação de parques, enquanto ‘espaços verdes’, configura-se como estratégia que busca favorecer a reprodução ampliada do capital e justificar um padrão de vida, tido como ideal. Assim, o que está em destaque é o ‘econômico’, ocultado pela ideia de preservação da natureza”.

De acordo com informações da prefeitura, a cidade possui seis parques implantados, e quatro em fase de projeto/licitação, conforme quadro 3. Destes, dois são resultado de PPP's sendo eles: Parque da Criança e o Elmar Arantes Cabral (fotos 3 e 4).

Quadro 3 - Aparecida de Goiânia: Parques Públicos Municipais

Nome	Bairro	Área (m ²)	Lei/Decreto de criação/Ano	Situação
Parque Ecológico Municipal Tamanduá	Garavelo Residencial Park	243.078,67 mil m²	2.435/2004	Implantado
Parque Municipal Ecológico Paraíso	Alto Paraíso	174.810,90 m ²	2.731/2008	Em fase de projeto/licitação
Parque Municipal da Criança Murilo Soares Rodrigues	Mansões Paraíso	120.711,77	2.731/2008	Implantado
Parque Colina Azul (Bosque São José)	Colina Azul	50.858,93	2009	Implantado
Parque Municipal Elmar Arantes Cabral	Residencial Recanto do Cerrado	21.922,10 m²	3.114/2013	Implantado
Parque da Família	Serra Dourada III e Village Garavelo I	21.092 m²	3.373/2014	Implantado
Parque Lafaiete Campos Filho	Village Garavelo I (Continuação)	54.003 m²	2016	Implantado
Parque Bambu	Tiradentes	124.680 m ²	--	Em fase de projeto/licitação
Parque Maria	Vila Maria	30.930 m ²	--	Em fase de projeto/licitação
Parque Alcina Gomes de Abreu	Vila Sul	9.249 m ²	--	Em fase de projeto/licitação

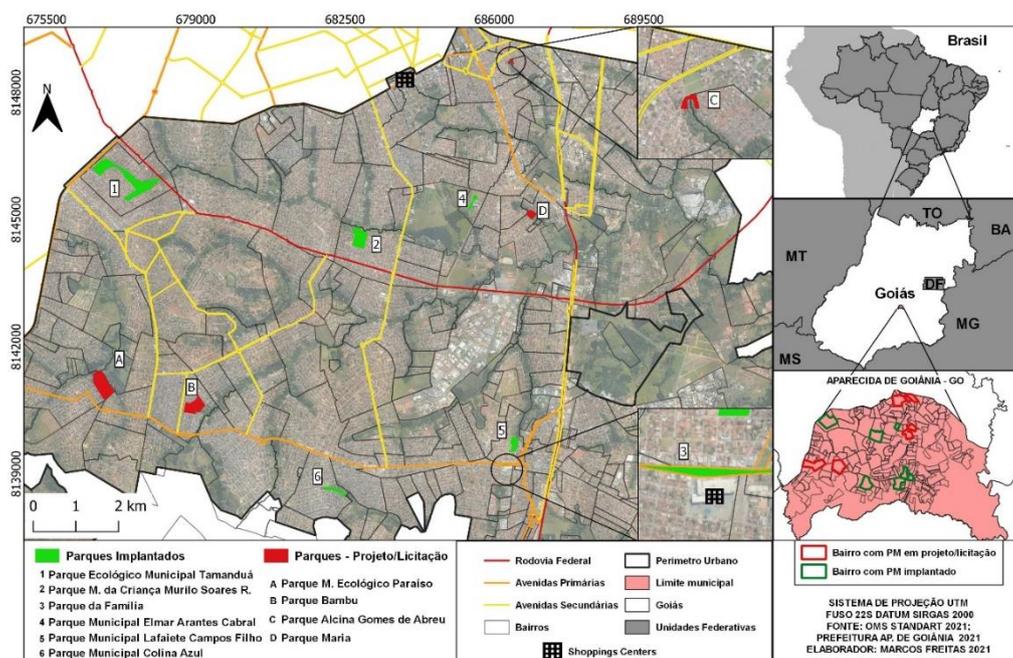
Fonte: SEMMA, Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia e Diário Oficial Eletrônico, 2021.

A implantação dos parques na cidade acelera a transformação no espaço urbano onde estão localizados, favorecendo diferentes formas de apropriação privada de bens coletivos. O que se percebe, contudo, é que os que recebem maiores investimentos e tratamento paisagístico, estão localizados em áreas que possam promover a reprodução do capital. Os parques também são utilizados pelo poder público para divulgar sua gestão e os investimentos na cidade. Neste entendimento, procurando demonstrar como a PPP vem atuando na produção do espaço urbano de Aparecida, destacando como exemplo o parque Elmar Arantes Cabral.

Implantado em 2013, o parque, conforme divulgado pela prefeitura, é o primeiro parque planejado do município e está localizado no Residencial Recanto do Cerrado

(mapa 2). Construído por meio da parceria entre o poder público municipal e o grupo de incorporadoras EBM, Terral, GPL e Tropical Urbanismo, foi entregue em 15 meses e custou 2,6 milhões de reais.

Mapa 2. Localização dos Parques municipais em Aparecida de Goiânia-GO



Integrado à Área de Preservação Permanente (APP) do córrego Bonanza, o parque foi construído como modelo de preservação ambiental e qualidade para a vida dos cidadãos aparecidenses. Apesar de ser um parque público, sua implantação, no entanto, está atrelada aos interesses especulativos do capital privado. O Parque Municipal Elmar Arantes Cabral foi planejado e implantado de modo a atender aos interesses dos agentes imobiliários em uma região de crescente valorização no município. Além da proximidade com Goiânia e o polo empresarial, importantes vias de acesso como a BR-153 e o anel viário, agregam valor ao empreendimento construído junto ao parque, o Parque América.

Foto 3 – Parque M. da Criança



Foto 4 – Parque M. Elmar Arantes Cabral



Autora: SILVA, Juliana G. da, 2021.

A instalação do parque alterou o valor dos imóveis instalados na região, passando a fazer parte da oferta do empreendimento, “vendido” como mercadoria.

É necessário entender os reais interesses na construção destes parques e como alteram o espaço urbano onde são instalados. Conforme Gomes (2013, p. 89),

Os parques, materializados pontualmente no espaço urbano, apresentam a característica de oferecer condições, aos proprietários, aos incorporadores, de auferirem uma renda diferencial, pois sua imagem, simulacro da natureza, rara e escassa, passa a ser vendida como parte dos projetos imobiliários. Da mesma forma, é apropriada pelo poder municipal para se projetar como empreendedor que procura atender às necessidades de todos, aumentando o índice de verde na área urbana, melhorando a qualidade de vida.

Em Aparecida de Goiânia, a construção de parques, como o Elmar Arantes Cabral, tem servido aos interesses do capital no espaço urbano. Tal fato tem contribuído para a fragmentação do espaço urbano ao concentrar investimentos em determinadas áreas da cidade, atendendo a um público específico. Os parques devem ser implantados como espaço de lazer e qualidade de vida para atender uma lógica diferente à da mercadoria. A implantação deve atender ao valor de uso para a população em geral e não apenas a quem por ele pode pagar, como vem ocorrendo em Aparecida de Goiânia nas últimas décadas.

Considerações Finais

Em Aparecida de Goiânia, o processo de criação e implantação de parques, conforme Ribeiro (2020), está articulado à ideia pró-mercado de mercantilizando o

espaço.

O parque urbano, conforme procurou-se demonstrar, para além de sua função social em Aparecida de Goiânia, a exemplo do que ocorre em outras cidades, vem atendendo aos interesses capitalistas de valorização imobiliária, contribuindo assim, para a criação de espaços de segregação, fragmentando ainda mais o espaço urbano, ao concentrar investimentos públicos em áreas específicas.

Embora não vendáveis em si, sua imagem vinculada aos empreendimentos possibilita uma maior valorização dos empreendimentos imobiliários que mercantiliza o espaço. Nesta lógica capitalista, os parques atendem apenas uma pequena parcela da população aparecidense que por eles podem pagar, fragmentando o espaço na cidade.

Referências Bibliográficas

ARRAIS, Tadeu Alencar. **A produção do território goiano: economia, urbanização, metropolização. Goiânia:** Editora UFG, 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Editora ática, 2005.

FREITAS-FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de. Elementos para a apreensão da dimensão regional do urbano-metropolitano na atualidade. In: **Revista Franco Brasileira de Geografia**, número 44, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/27547>. Acesso: 05 de jan. 2021.

GOIÁS. Análise dos aspectos socioeconômicos da Região Metropolitana de Goiânia. In: **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Goiânia.** Goiânia, 2017. p. 1-199.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. **Os parques e a produção do espaço urbano.** Jundiá: Paco editorial, 2013.

IBGE. Estimativas da população 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=28674&t=resultados>. Acesso em: 05 de mar. 2021.

LENCIONE, Sandra. Metropolização do espaço. In: **Metrópole, metropolização e regionalização.** Rio de Janeiro: Consequência editora, 2017, p. 41-56.

MELO, Juliana G. da S. de. A expansão do ensino superior a partir das políticas públicas educacionais: o caso no município de Aparecida de Goiânia/GO. In REIS, Marlene B de F; MOREIRA, Cleumar de O. **Docência universitária: fundamentos e práticas pedagógicas no ensino superior (3).** Goiânia: editora Scotti, 2020, p. 211-222.

PINTO, José Vandério Cirqueira. Fragmentação da metrópole: constituição da região metropolitana de Goiânia e suas implicações no espaço intraurbano de Aparecida de Goiânia. 2009. 173f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Pós-

Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

RIBEIRO, Luiz C. de Q. Inflexão ultraliberal e a financeirização da ordem urbana brasileira: explorando algumas hipóteses. In: RIBEIRO, Luiz C. de Q (Org.). **As metrópoles e o capitalismo financeirizado**. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das metrópoles, 2020, p. 371-418.

RODRIGUES, Antônio Passos, et al. In: RODRIGUES, Antônio Passos (coord.) **Caracterização do Meio Físico, dos Recursos Minerais e Hídricos do Município de Aparecida de Goiânia**. Goiânia: Superintendência de Geologia e Mineração, 2005.

SANTOS, Lucas Maia dos. **A produção do espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia e a dinâmica metropolitana de Goiânia: de 1960 aos anos 2000**. 2008. 148f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 21-41.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: contexto, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O que é a Geografia Ambiental? In: **Ambientes**, volume 1, número 1, 2019, pp. 14-37. Disponível em: erevista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/22684/142449. Acesso: 03 de fev. 2021.

SOUZA, Maria Ester de. **Apropriação de áreas públicas de Aparecida de Goiânia: uso, abandono e gestão na cidade atual**. 2014. 103 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3998>. Acesso em: 03 fev. 2021.

STREGLIO, Carolina Ferreira da Costa. **Parques Urbanos de Goiânia-GO: dinâmica espacial e potencial turístico**. 2012. 100 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1275/o/CAROLINA_FERREIRA_DA_COSTA_STREGLIO.pdf. Acesso em: 16 jan. 2021.

SOBRE A AUTORA

Juliana Gomes da Silva

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Goiás (2006), graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2012), graduação em Pedagogia pela Faculdade Mantense dos Vales Gerais (2015), e mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2016). Atualmente é professora na Secretaria Municipal de Educação de Goiânia.

**Recebido em julho de 2021.
Aceito para publicação em setembro de 2021.**